

Entrevista com Silvia Alexim Nunes

1.

Antes de mais nada é preciso lembrar o que esses conceitos significam em nossa cultura. Entendemos masculino como as qualidades próprias ao homem e que supõem: virilidade, vigor, força, atividade, racionalidade; e feminino como as qualidades consideradas próprias à mulher, tais como: fragilidade, sensibilidade, afetividade, passividade.

É importante chamar atenção para o fato de que essa concepção de masculino e feminino foi elaborada na modernidade, momento em que se constituiu um novo paradigma para se pensar as diferenças entre homens e mulheres, segundo o qual existiriam dois sexos diferentes e complementares: o masculino e o feminino. Essa idéia não é a-histórica, ao contrário, foi sendo paulatinamente construída ao longo de um processo que se estabeleceu a partir do século XVIII. Obviamente que em todos os tempos homens e mulheres foram vistos como seres diferentes, mas essa diferença não estava ancorada, para o pensamento ocidental, da Antiguidade ao Renascimento, à idéia de uma diferença sexual. Isso pode parecer estranho para nós, mas o que diferentes pesquisadores e historiadores mostram é que nem sempre se pensou na existência de dois sexos diferentes, nem se vinculou diferença de sexos à diferença dos gêneros homem/mulher.

Até o século XVII não existia a idéia de uma sexualidade feminina diferente da masculina porque só se supunha a existência de um sexo, o masculino, que se encontraria mais ou menos evoluído caso o sujeito fosse homem ou mulher. Nesse contexto, via-se a mulher como um homem invertido e inferior. Invertido porque seus órgãos sexuais seriam os

Cad. Psicanal., CPRJ, Rio de Janeiro. ano 27, nº 18, p.23-32, 2005

mesmos dos homens porém voltados para dentro, inferior porque a mulher era concebida como um homem imperfeito a quem faltava a força e a intensidade do calor vital. Os médicos evidentemente notavam as diferenças anatômicas entre homens e mulheres, assim como distinguem masculino e feminino, porém interpretavam o que viam como diferença não de essência mas de grau. Para a ciência da época o que determinava a distinção entre os gêneros, masculino e feminino, não era a diferença anatômica mas a quantidade de calor presente no corpo dos indivíduos, propiciando em alguns o desenvolvimento completo até a perfeição masculina, e em outros, a permanência em um grau imperfeito, feminino. Não havia a idéia de uma diferença sexual irreduzível, de uma diferença de essências.

Esse tipo de concepção só vai começar a se modificar a partir do século XVIII. Mudança que não se deu, como poderia se supor, devido a um progresso científico e sim em função de necessidades políticas bastante precisas. Foi uma preocupação com a mortalidade infantil e com o aperfeiçoamento da formação física e moral das crianças que abriu caminho para a mudança na forma de conceber a diferença entre homens e mulheres.

Essa necessidade política de cuidar da infância vai determinar mudanças no modelo familiar com a constituição da família nuclear, no qual a mulher vai ser promovida ao lugar de mãe, mãe aqui no sentido daquela que será, a partir de então, a principal responsável pelos cuidados com a saúde e a formação moral das crianças.

Antes relegada a uma espécie de limbo, a mulher ganhou na modernidade um novo lugar dentro da família burguesa. Pensada como peça chave na estratégia de produção e reprodução da infância, foi alçada ao lugar de esposa e mãe, constituindo-se no agente familiar de um projeto mais global de higiene social.

Nesse modelo aos homens caberia prover as condições materiais, manter e proteger a ordem familiar, funcionando como regulador do lugar de cada um dentro da família.

O século XVIII fez surgir, portanto, uma ligação fundamental entre o sexo feminino e a maternidade inexistente até então. Até esse momento as mães não eram as principais responsáveis pelos filhos, função para qual eram, aliás, consideradas incapazes, já que a concepção sobre o sexo feminino, hegemônica até então, era herdada do cristianismo primitivo que concebia a mulher como mais carnal, dotada de sentimentos maléfi-

cos, inclinadas à luxúria e aos excessos sexuais, portadora do mal e da morte.

A necessidade de delegar às mães essa nova tarefa tornou imperiosa a mudança desse perfil feminino ameaçador. Vemos surgir, então, paralelamente a toda uma preocupação com a educação feminina, uma mudança significativa na representação do sexo feminino com a conseqüente construção de uma imagem positiva da mulher.

É nesse momento que vai se desenhar um novo perfil feminino, segundo o qual a mulher, sua sexualidade e seus desejos, seriam fruto de uma essência biológica diferente da masculina, que pressupunha determinadas características físicas e psíquicas, que a tornaria destinada à função materna e à vida doméstica e, conseqüentemente, inadequada ao trabalho, às ciências e às artes, esferas ligadas à vida pública e tidas como mais adequadas à essência masculina.

Nesse contexto os discursos médicos vão se modificar, estabelecendo também uma nova concepção sobre a sexualidade humana, na qual vão então existir dois sexos: masculino e feminino. É só a partir desse momento que podemos falar na existência da idéia de diferença de sexos em nossa cultura, e que vemos constituir-se a idéia do que entendemos hoje por masculino e feminino.

Começa a prevalecer a teoria de uma diversidade biológica entre os dois sexos, cuja conseqüência lógica foi justificar a fixação de cada sexo em seu papel social. Homens e mulheres passam a ser pensados numa relação de complementariedade que explicaria, não só suas diferentes adequações às esferas pública ou privada, como também seus papéis junto aos filhos. A mulher devendo dar conta da função materna: cuidar, alimentar, educar e dar afeto. Ao homem cabendo dar conta da função paterna: ser o provedor, e o chefe da família que, em última instância, deve ditar as regras do jogo, sendo sua palavra lei.

Desde a modernidade, portanto, ser homem ou mulher implica a possibilidade de um sujeito forjar-se dentro dessa dicotomia masculino/feminino. Em outras palavras adequar o sexo ao gênero.

Essa adequação do sexo ao gênero, devendo passar necessariamente por determinados cuidados com o corpo, de forma a corresponder às necessidades dos ideais de masculinidade e feminilidade vigentes. Homens devendo cultivar sua imagem viril e mulheres uma imagem frágil e delicada.

Na atualidade, a imposição de tornar-se um pai provedor ou uma mulher maternal não se coloca mais como exigências prioritárias para

homens e mulheres. Esses papéis se mesclam e homens e mulheres compartilham as exigências das esferas pública e privada. Para dar conta disso devem ser capazes de desenvolver aptidões masculinas e femininas.

Nesse contexto podemos observar que no que diz respeito à nossa imagem corporal, já não existe uma preocupação em sustentar de forma tão marcada a oposição virilidade/fragilidade que se constituíram como signos do masculino e do feminino. As mulheres tendem cada vez mais a buscarem músculos “definidos”, antes apanágio de uma estética masculina, e os homens a “tratarem” da pele, cabelos, unhas, práticas anteriormente ligadas aos cuidados com o corpo feminino.

Estamos diante de novas exigências e demandas, que tem outros efeitos sobre nosso corpo e nossa subjetividade.

Em nossa sociedade do espetáculo, onde a exibição de si transformou-se no aspecto central da existência, a busca por um corpo jovem, “sarado”, “tratado” e saudável, tornou-se uma imposição. O número incontável de revistas e publicações que se dedicam a proclamar a importância dos cuidados com o corpo e a aparência, atestam que a adequação à tríade beleza/juventude/saúde, tornou-se um ideal. A necessidade de adquirir um belo corpo estando colocada como condição para alcançar felicidade, sucesso e prazer.

A associação entre beleza, saúde e juventude, intensificou-se brutalmente nas últimas décadas, consolidando um mercado florescente que comporta indústria, serviços, linhas de produtos, jogadas de marketing e espaços na mídia. Na aurora do século XXI somos empurrados a viver em função de nossos corpos, sofrendo prescrições incensadas pelo discurso jornalístico e publicitário. Devemos nos tornar consumidores de dietas, ginásticas e cirurgias que possibilitem a aquisição de um corpo perfeito e ideal.

Conseqüentemente, aqueles que estão distantes desse ideal, são cada vez mais levados a experimentarem seus corpos como inadequados diante das imagens veiculadas. Imagens esculpidas em salas de ginástica e cirurgia, ou retocadas em estúdios fotográficos. Imagens associadas a idéia de corpos livres e mentes liberadas, de quem sabe o que quer, é dono de seu próprio nariz. Corpos e mentes que são vendidos como passaporte para o sucesso.

Ora, o processo de construção de nossa subjetividade pressupõe, no meu entender, que possamos estabelecer uma relação positiva com as particularidades de nosso corpo. O torniquete imposto pelos ideais estéticos contemporâneos, com seu efeito homogeneizante e de apagamento

dos aspectos singulares, abre espaço para que a relação com o próprio corpo seja vivida como uma experiência de mortificação e insuficiência.

Um corpo que não corresponda ao ideal torna-se um corpo persecutório, atestado de fracasso e impotência que leva, com frequência, a um intenso sofrimento narcísico.

Na atualidade, quando os cuidados com o corpo e a aparência ganham lugar fundamental na vida dos indivíduos, me parece que, o que está em jogo, para homens e mulheres, é muito mais a necessidade de reconhecimento narcísico, de sentir-se aceito no mundo dos “bem formados”, “bem apessoados”, signos de sucesso e valor, do que uma adequação aos ideais de masculinidade e feminilidade concebidos na modernidade.

2 .

A emancipação feminina, o advento de formas mais eficazes de contracepção, e mais recentemente a busca por visibilidade e reconhecimento dos homossexuais, impuseram mudanças significativas em nossa cultura.

As consequências disso estão cada vez mais evidentes, colocando na ordem do dia a chamada crise da família nuclear. Crise que tem entre seus fatores: a entrada das mulheres no mercado de trabalho, o que exigiu uma nova definição dos papéis sociais de homens e mulheres; a queda no número de casamentos; a diminuição das taxa de fecundidade, particularmente nas camadas altas e médias; o aumento do número de divórcios e separações; a concretização da separação entre sexualidade e reprodução decorrente do advento da pílula e, mais recentemente, pelas técnicas de reprodução assistida; as novas formas de conjugalidade, com famílias constituídas por recasamentos e meio-irmãos; a entrada na cena social da discussão sobre novas formas de pacto conjugal, a partir dos movimentos de gays e lésbicas; a possibilidade concreta de mudança de sexo, através de cirurgias; a tão propalada crise de identidade masculina, enfim, toda uma série de mudanças que frequentemente vêm acompanhadas de perplexidade, quando não de assombro e temor.

De uma maneira geral as novas organizações familiares, sejam elas co-parentais, recompostas, monoparentais, ou homoparentais, vem instigando os “especialistas” no sentido de tentar avaliar seus efeitos sobre a cultura e as subjetividades. O que me parece ser esquecido com frequência nessas análises que, de maneira mais ou menos evidente, dão um estatuto de “desviantes” a essas novas formas de organizações familiares,

é que o que se pressupõe como família “normal” é produto de um trabalho de construção social extremamente complexo, forjado a partir de intensas lutas sociais. Evidentemente que alguns desses modelos são mais facilmente assimilados por nossa sociedade do que outros. Assim, aceita-se hoje com mais facilidade as famílias recompostas, nas quais o modelo do casal heterossexual é mantido, do que as famílias monoparentais, nas quais a ausência de uma das figuras parentais é sempre vista como problemática. Da mesma forma, as famílias denominadas homoparentais, aquelas formadas por casais do mesmo sexo, encontram maiores resistências a serem reconhecidas e aceitas, já que considera-se que um casal parental homossexual poderia constituir-se em fonte de problemas e desequilíbrio psíquico para os filhos.

Essa resistência me parece ser conseqüência do fato de que o surgimento de famílias homoparentais introduz na cena social, implícita ou explicitamente, o temor de uma possível supressão do princípio da diferença sexual, sobre o qual repousou até a atualidade a célula familiar. Princípio suposto como condição para o desenvolvimento emocional normal.

Mas, como vimos, esse princípio só se constituiu como paradigma para pensar as diferenças entre homens e mulheres a partir da modernidade. Portanto, antes disso as crianças faziam suas identificações e subjetivavam-se como sujeitos sexuados, num contexto onde se acreditava na existência de um único sexo, o masculino. Provavelmente as formas de subjetivação não eram as mesmas da modernidade, assim como hoje em dia homens e mulheres se subjetivam a partir de outros ideais e referências simbólicas. Sabemos, por exemplo que o fato de não poder ou não querer ter filhos, não significa que uma mulher vá necessariamente se sentir menos feminina por isso. Nem que muitos homens se sintam menos viris por não exercerem com exclusividade a função de provedor.

É interessante lembrar que a progressiva emancipação feminina fez com que as mulheres tenham sido acusadas de serem responsáveis por uma supressão das diferenças, que poderia levar a transtornos, não só de seus filhos, como também da ordem familiar. Os efeitos dessa emancipação não foram, como sabemos, absolutamente desastrosos.

É também interessante lembrar que os homossexuais sempre tiveram a possibilidade de fundar uma família e muitos assim procederam. Casaram-se com o sexo oposto e foram pais e/ou mães de seus filhos. Sabemos, inclusive através da clínica, que essas crianças não se tornaram

necessariamente mais problemáticas do que aquelas criadas por casais heterossexuais. Sabemos também que o fato de ser fruto de um casamento entre heterossexuais nem sempre garantiu que as escolhas posteriores da criança caminhassem na mesma direção, e muito menos garantiu sua saúde mental. Pesquisas realizadas, principalmente nos Estados Unidos, que segundo Roudinesco, dos anos 70 para cá, não foram poucas, trouxeram poucos esclarecimentos sobre as conseqüências de uma família não estar fundada no pressuposto da diferença sexual, mas mostraram que os pais gays e lésbicas eram pais tão comuns quanto os outros.

Como psicanalistas não podemos prever, *a priori*, que efeitos pode ter um casal homoparental sobre os processos identificatórios das crianças. Como sabemos a psicanálise só pode apreender esses efeitos *a posteriori*, e mesmo assim a cada caso. Como esse tipo de organização familiar é ainda recente não temos ainda subsídios para isso.

O que aparece em princípio como um problema para os “especialistas” é o fato de que os casais homossexuais colocam na ordem do dia a possibilidade de transgressão a uma ordem procriadora que repousa sobre o princípio da diferença sexual. Os argumentos contra o direito dos homossexuais a serem pais repousam, com freqüência, no temor de uma “dessimbolização”, isto é, uma indiferenciação, um apagamento da inscrição da diferença sexual no simbólico.

A partir da psicanálise só podemos afirmar que os filhos de pais homossexuais vão carregar, como os outros, o traço singular de sua história, mas qualquer tentativa de pressupor um destino indiferenciado ou problemático, me parece muito mais fruto de nossos limites conceituais, de nossa dificuldade em pensar os movimentos históricos, e em nossa crença em um simbólico imutável e a-histórico.

Outro aspecto é que as críticas um tanto fóbicas às famílias homoparentais, não levam também em conta o fato de que não é mais possível pensar a homossexualidade como uma noção homogênea, como se a experiência homoerótica fosse vivida da mesma forma por todos. Jurandir Freire Costa já nos apontou esse equívoco.

Se o que caracteriza as subjetividades, inclusive gays e lésbicas, é sua diversidade, e se apostamos, a partir da psicanálise, na capacidade dos sujeitos se reinventarem, me parece complicado estipular destinos para as identificações das crianças oriundas de famílias homoparentais, a partir de pressupostos universais e a-históricos. Pressupostos que tiveram, antes de mais nada, efeitos normativos, instituindo aquilo que seria nor-

mal ou anormal em termos da sexualidade humana e dos papéis sociais de homens e mulheres.

3.

Como já mostrei os paradigmas com os quais pensamos hoje a questão maculino/feminino, homem/mulher, são absolutamente datados e foram construídos em função de necessidades políticas precisas. Nesse contexto, ser mulher ou homem implicava a necessidade do sujeito forjar-se dentro da dicotomia masculino/feminino, de acordo com sua constituição biológica. Em outras palavras adequar o sexo ao gênero, masculino ou feminino.

Freud, em suas elaborações sobre a sexualidade humana, problematizou a concepção de que homens e mulheres seriam portadores de essências diferentes. Através da noção de bissexualidade advogava que tanto homens quanto mulheres seriam dotados de características masculinas e femininas, e que tornar-se homem ou mulher, psiquicamente falando, implicaria num abandono dos aspectos ligados ao sexo oposto. Dessa maneira, apontou para uma convivência dos aspectos masculinos e femininos em um mesmo indivíduo.

A idéia de bissexualidade foi uma das vertentes através da qual introduziu uma nuance que indicava que essa adequação do sexo ao gênero só se daria através de um longo processo de elaboração psíquica.

Indo mais longe ainda, suas noções de pulsão e de sexualidade polimorfa colocaram em cheque o critério normativo segundo o qual tornar-se homem ou mulher deveria ser consequência de uma adequação à constituição biológica. Nessa perspectiva, reconheceu que a associação masculino/homem, feminino/mulher, não dava conta do entendimento da sexualidade humana e muito menos do processo de subjetivação de homens e mulheres, enquanto sujeitos sexuais.

Suas elaborações colaboraram para que nossa cultura fosse aos poucos assimilando que masculinidade e feminilidade não são apanágios de homens e mulheres respectivamente. Hoje falamos com tranqüilidade de nosso lado feminino e masculino, seja qual for a identidade sexual que assumimos.

Objetivamente, novos paradigmas já estão colocados. Masculino e feminino já não são categorias pensadas da forma como foram elaboradas pela modernidade. Hoje já não se acredita que as mulheres foram feitas para a maternidade e os homens para o trabalho, os fatos falam por si.

Nessa perspectiva, não é concebível, por exemplo, que um psicanalista possa reduzir um desejo feminino de autonomia a uma reivindicação fálica, ou um desejo masculino de uma vida menos competitiva ou mais doméstica a um sinal de passividade pouco condizente com sua função de macho provedor. É claro que estou fazendo uma caricatura, mas sabemos que fora desses extremos existem muitas nuances com as quais freqüentemente nos embatucamos.

Na contemporaneidade essa associação maculino/homem, feminino/mulher esboroou-se. E se durante séculos os sujeitos tiveram que se adequar a essas imposições, hoje as coisas não se passam da mesma forma. Somos homens, mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, enfim, somos “n” sexos.

Não acho que precisamos ou mesmo tenhamos poder para propor novos paradigmas para masculino e feminino. Eles já estão aí sendo elaborados pela cultura contemporânea, através, principalmente, dos diferentes movimentos sociais. Podemos, no máximo, pensar que, no que diz respeito à identidade sexual, as novas formas de subjetivação não se dão mais tanto em torno do paradigma “diferença”, centrado na dicotomia masculino/feminino, mas em torno de outros paradigmas como “singularidade” e “diversidade”.

O que me parece importante é que possamos, enquanto psicanalistas, acolhê-los, escutá-los, tendo o cuidado de não nos encastelarmos em premissas teóricas que foram produzidas num outro contexto. Permitir que as pessoas, homens ou mulheres, possam subjetivar-se sem as amarras das normas disciplinares formuladas anteriormente e que funcionaram durante os últimos 200 ou 300 anos. Funcionaram, aliás, nem sempre com o sucesso idealizado pelo pensamento das “luzes”. Pensamento que trouxe como conseqüência, de um lado a estigmatização e patologização de todos aqueles, homens e mulheres, que não conseguiram ou se recusaram a submeter-se ao torniquete imposto por esses ideais de masculinidade e feminilidade, e de outro uma produção infinita de sintomas ou formas de subjetivação que expunham os limites desses ideais. Freud apontou isso em diferentes momentos, como por exemplo, em seu magistral trabalho “Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna”.

Cabe a nós, seus discípulos, tentarmos preservar um de seus maiores legados: a capacidade de escutar, pensar e inventar. Só assim poderemos pensar nosso tempo.

Silvia Alexim Nunes

Psicanalista, Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social
IMS (UERJ)

Setembro 2005